



Renan anuncia corte de R\$ 262 milhões em gastos

Medidas divulgadas ontem visam, segundo o presidente do Senado, eliminar desperdícios e tornar a administração da Casa mais enxuta e transparente para que o Legislativo faça "mais com menos" e se reaproxime da sociedade

Entre as iniciativas para enxugamento dos gastos no Senado, estão a extinção de mais de 500 funções de chefia e assessoramento, não renovação de contratos de mão de obra terceirizada, redução de 20% nos contratos de vigilância, fim do atendimento ambulatorial gratuito para servidores no serviço médico da Casa, ampliação da carga horária de trabalho, fusão de estruturas e vedação de novas nomeações de servidores concursados. Renan também anunciou a criação do Conselho de Transparência e Controle Social, que poderá contar com membros da sociedade. Medidas fazem parte de plano estratégico que será detalhado em 30 dias. Redução de gastos chegará a R\$ 262 milhões ao longo de dois anos, segundo o senador. **2**



Renan diz na tribuna do Plenário que ações vão contra "gigantismo do Senado"

Jonas Pereira/Agência Senado

Governadores discutirão pacto federativo com parlamentares

Marcada para 13 de março, reunião vai tratar de Fundo de Participação dos Estados e unificação do ICMS. **3**

Para Jucá, lista de vetos deve ser analisada e reduzida **5**

Impasse sobre votação motiva reunião com Fux no Supremo **5**

Oferta de crédito fácil pode enganar consumidor

Em debate na comissão que moderniza código, defensora afirma que o superendividamento vem afetando pessoas de todas as idades e classes sociais. **4**

Comissão temporária do Código de Defesa do Consumidor debate prevenção do superendividamento



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Empreiteiras esvaziam debate sobre problemas no São Francisco **7**

Avança MP que prevê verbas para alfabetização **6**

Blogueira de Cuba inspira discursos em Plenário **8**

Jane de Araújo/Agência Senado



Senadores repercutem ampliação do Bolsa Família

Wellington Dias e Eduardo Braga elogiam medida, Aloysio Nunes lembra que ações antecedem governo petista e Inácio Arruda propõe debate profundo. **5**

Dilma Rousseff (C) e autoridades anunciaram novas metas para erradicar a extrema pobreza no país



Ações definidas em reunião presidida por Renan fazem parte de planejamento com metas de curto, médio e longo prazos

Renan anuncia medidas para poupar R\$ 262 milhões

Segundo o Presidente do Senado, ações visam acabar com o que chamou de gigantismo da Casa por meio da eliminação de desperdícios e de maior eficiência

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, em Plenário, uma série de medidas administrativas para o “enxugamento” de custos na Casa. A estimativa, segundo Renan, é de uma economia de R\$ 262 milhões no período de dois anos.

— O que aprovamos hoje [ontem] é um conjunto de medidas visando à racionalização administrativa, à eficiência, à austeridade e ao fim de redundâncias e desperdícios — afirmou o senador, que disse querer acabar com o gigantismo do Senado.

Entre as principais mudanças, estão a extinção de funções de chefia e assessoramento, a economia em contratos de mão de obra, a ampliação da jornada de trabalho dos servidores e a junção de estruturas. Além disso, o senador anunciou a eliminação do atendimento ambulatorial aos servidores no serviço médico da Casa.

As medidas são parte de um planejamento que será divulgado em 30 dias, com metas de curto, médio e longo prazos.

— Ressalto que vamos aprofundar este trabalho e ele é fundamental para reaproximar o Senado Federal da sociedade brasileira. Não se trata de fazer menos com menos, tampouco de fazer menos com mais. Trata-se, sim, de fazermos mais com menos — garantiu.

Algumas das ações, aprovadas em reunião da Mesa do Senado, vão ao encontro do projeto de reforma administrativa da Casa (PRS 96/09), que ainda precisa ser aprovado pelo Plenário.

Os cortes, ponto a ponto

- ▶ Extinção de mais de **500 funções de chefia e assessoramento** em todas as unidades do Senado, o que, segundo o presidente, equivale a 25% do total e implicará economia de **R\$ 26 milhões** nos próximos dois anos.
- ▶ Não renovação de contratos de **mão de obra terceirizada** que vencem no meio do ano. Outros contratos serão reduzidos para que se atinja uma economia de **R\$ 66 milhões**. Entre eles, estão contratos de apoio administrativo e do setor de arquivo.
- ▶ Redução de 20% nos contratos de **serviço de vigilância**.
- ▶ Extinção do atendimento ambulatorial gratuito para servidores do Senado no **serviço médico**, com economia estimada em **R\$ 6 milhões** no biênio. Segundo o presidente, o Senado oferece a seus servidores um plano de saúde compatível com o mercado privado de assistência médica e não há justificativa para manter um outro serviço gratuito na Casa. Os médicos que faziam o atendimento devem atender somente casos de emergência. Parte dos profissionais também deve ser aproveitada para perícia médica e medicina do trabalho.
- ▶ Fusão das estruturas do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Interlegis (programa de interação legislativa), e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), além da unificação de processos administrativos da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), conhecida como Gráfica do Senado. As **fusões e incorporações**, segundo o presidente, devem gerar economia de **R\$ 3 milhões** nos próximos dois anos.
- ▶ Ampliação da **carga horária de trabalho** dos servidores, que, na jornada corrida, passarão a trabalhar sete horas por dia, em vez das seis atuais. A mudança, segundo Renan, representará um aumento de 50 mil horas úteis de trabalho por mês. Segundo o presidente, a estimativa de economia anual com a redução de nomeações e contratações é de cerca de **R\$ 160 milhões**.
- ▶ Possibilidade de exercício da **chefia de gabinete** dos senadores por servidores comissionados, com cargos já existentes na Casa.
- ▶ Vedação à nomeação de servidores concursados para as carreiras de **polícia legislativa** (com 117 cargos vagos) e de saúde e assistência social (com 42 cargos vagos).
- ▶ Criação, sem custos para a Casa, do **Conselho de Transparência e Controle Social**, diretamente vinculado à Presidência do Senado. Além dos diretores das Secretarias de Transparência, de Informação e Documentação, de Pesquisa e Opinião, e de Comunicação do Senado, o conselho poderá contar com membros da sociedade. O conselho terá a obrigação de fiscalizar o atendimento das demandas por acesso à informação e orientar o funcionamento dos órgãos vinculados a essa tarefa.
- ▶ Publicação, no **Portal de Transparência**, dos dados referentes a proventos e pensões de ex-parlamentares, servidores inativos e pensionistas.
- ▶ Limitação do fracionamento dos **11 cargos em comissão** de cada gabinete parlamentar.
- ▶ Revisão do **plano de acessibilidade** do Senado Federal.
- ▶ Criação da **Procuradoria da Mulher**, com transformação de cargo existente na Procuradoria Parlamentar. O setor zelará pelas políticas de gênero em discussão no Legislativo.
- ▶ Limitação da permanência dos **diretores de Compras e Contratações e de Controle Interno** no cargo. O prazo, segundo o senador, será de dois anos, sem prorrogação. Para Renan, o rodízio nessas duas funções estratégicas é uma prática recomendável.

Carlos Reis será primeiro presidente negro do TST

O ministro Antônio José de Barros Levenhagen, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), convidou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para a cerimônia de posse de Carlos Alberto Reis de Paula como novo presidente do tribunal. Levenhagen será o vice.

Mineiro de Pedro Leopoldo, o ministro Carlos Alberto é mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele, que será o primeiro presidente

negro do TST, é ministro há 14 anos e vai ficar na presidência do órgão até fevereiro de 2014, quando completará 70 anos, idade limite para a aposentadoria de servidores públicos.

Barros Levenhagen, mineiro de Baependi, é ex-promotor de Justiça, ex-juiz de Direito e atual corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Ele iniciou a carreira na magistratura trabalhista em São Paulo, em 1980, e está no TST desde 1999.

Novas regras para recursos genéticos para alimentação

Recursos genéticos destinados à produção de alimentos poderão ser regidos por regras próprias, diferentes das estabelecidas para o uso industrial. Esse é o objetivo de projeto de Kátia Abreu (PSD-TO) que será analisado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A proposta (PLS 15/13) segue depois para a Comissão de Agricultura (CRA) e, em decisão terminativa, para a de Meio Ambiente (CMA). Ela modifica a MP 2.186-16, que regulamenta desde 2001 o acesso a recursos genéticos. A medida provisória não se aplica ao patrimônio genético humano. O projeto estabelece que a MP também não se aplicará “aos recursos genéticos objeto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA)”, promulgado em 2008.

Na justificativa, a senadora diz que o acesso ao patrimônio genético “ganha destaque no

universo da bioeconomia e traz com ele as questões relacionadas à repartição de benefícios”.

Kátia Abreu destaca ainda a importância de permitir uma convivência harmônica entre o TIRFAA e o Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios Advindos da Biodiversidade (Protocolo de Nagoia), assinado em 2011, porque “o Brasil é um grande produtor rural e utilizador de recursos genéticos provenientes de outros países, na agricultura e na pecuária”.

— É fundamental que o poder público defina como disciplinará o tema no âmbito doméstico. Uma definição prévia seguramente tornará menos polêmica a tramitação do Protocolo de Nagoia no Congresso Nacional e contribuirá para viabilizar um entendimento a respeito da revisão da estrutura normativa doméstica que hoje regula o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios — afirma.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta está trancada pela MP 585/12, que liberou R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios exportadores para compensações por perdas de arrecadação geradas pela Lei Kandir.

PRESIDÊNCIA Ministros

11h Renan Calheiros recebe os ministros Dias Toffoli, do STF; às 11h45, Garibaldi Alves, da Previdência Social; e, às 12h45, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Às 16h, preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Reunião marcada para 13 de março vai tratar de propostas para um novo pacto federativo, como novas regras do Fundo de Participação dos Estados e redução gradual do ICMS

Governadores e Congresso vão discutir redivisão de tributos

PROPOSTAS PARA UM novo pacto federativo serão discutidas entre os governadores de todos os estados e do Distrito Federal e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves. A reunião está marcada para 13 de março e deverá contar também com a presença de líderes partidários. O anúncio foi feito segunda-feira, após encontro dos presidentes das duas Casas do Congresso.

Entre os temas de interesse dos estados, que devem ter prioridade na agenda, estão as regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O FPE é o tema mais urgente, pois o Congresso tem até o fim de maio para aprovar novas regras de distribuição e evitar a interrupção dos repasses. O prazo

inicial para a reformulação das normas, fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), expirou em 31 de dezembro sem que uma nova lei tivesse sido aprovada. Os parlamentares ganharam mais um tempo por conta de liminar concedida em janeiro pelo ministro Ricardo Lewandowski, então presidente em exercício do STF, determinando que as regras em vigor continuassem valendo por mais 150 dias.

Na reunião de março, deve

ser discutido substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) ao PLS 289/11 — Complementar e a outras sete proposições que tramitam em conjunto, que tratam de novos critérios para distribuição dos recursos do fundo. O substitutivo mantém os valores recebidos atualmente pelos estados e, para recursos adicionais, prevê dois tipos de critérios: a população e a renda per capita nominal domiciliar, de acordo com censo do IBGE.

Proposta unifica ICMS até 2025

Com relação ao ICMS, tramita no Senado projeto de resolução do Executivo que unifica gradualmente para 4%, até 2025, as alíquotas interestaduais (PRS 1/13). Atualmente, essas alíquotas são de 7% nos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) e de 12% nos demais.

A ideia é compensar as perdas com a arrecadação por meio de créditos automáticos da União em valor equivalente à diminuição das alíquotas, no período de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme estabelece a Medida Provisória 599/12.

Dornelles cobra do governo política de investimentos e redução do custo Brasil

Para o país recuperar a competitividade e melhorar a balança comercial, o governo precisa acentuar a política de investimentos e reduzir o custo Brasil, disse Francisco Dornelles (PP-RJ).

O senador afirmou que os números da balança comercial nos últimos meses têm de ser vistos com cautela. Com tímido superávit no final de 2012, a balança comercial iniciou 2013 com um pequeno déficit, alertou Dornelles.

— O superávit em 2012 foi inferior a US\$ 20 bilhões e, nos primeiros meses do ano, já se encontra déficit de US\$ 5 bilhões. É um sinal perigoso, porque o superávit sempre foi utilizado para cobrir o déficit da conta de serviços



Pedro Franco/Agência Senado

e, no ano passado, já houve um déficit nela e na conta de rendas. Com a queda da taxa de juros, o investimento financeiro pode ser reduzido e o investimento direto tem que ser estimulado — disse.

Dornelles cobrou do governo uma política que aumente os investimentos internos, atraia recursos externos e beneficie exportações. Ele disse que o país só conseguirá solucionar o custo Brasil com desburocratização e diminuição da carga tributária, principalmente.

O senador elogiou recente decisão do governo de desoneração da folha das indústrias e empresas, o que não afeta as contas de estados e municípios e ajuda a abrandar o custo Brasil.

Prefeituras arcam com gastos que deveriam ser dos estados e da União, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) cobrou a discussão de um novo pacto federativo, a fim de distribuir de forma mais igualitária os recursos nacionais.

A senadora citou um estudo da Associação Transparência Municipal (ATM) que revelou que os municípios gastaram mais de R\$ 19 bilhões em 2011 para oferecer serviços à população que, por lei, deveriam ser custeados pela União e pelos estados.

Ela disse que, além de terem os próprios problemas orçamentários para administrar, os prefeitos ainda têm que suportar esse ônus em suas finanças.

A senadora citou um artigo do prefeito de Ilhéus, Jabes Ribeiro, publicado no



Pedro Franco/Agência Senado

jornal *Correio Braziliense*, em que ele demonstra a frustração dos prefeitos com o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado no mês passado, em Brasília. O evento, que deveria aproximar prefeitos e autoridades federais, não teve, segundo ele, uma discussão mais

aprofundada e produtiva a respeito da necessidade de reduzir a dependência dos municípios em relação a Brasília.

— Enquanto não ocorrer um novo pacto federativo, não teremos avanços na área social nem na área econômica — afirmou a senadora.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Cristovam Buarque (PDT-DF) concordaram com a argumentação de Ana Amélia.

Projeto lista autoridades que podem usar avião oficial

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) está pronta para votar uma série de restrições ao uso de aeronaves oficiais por agentes públicos. Quem desrespeitá-las poderá sofrer punições administrativas, civis e penais, além de ser obrigado a ressarcir os cofres públicos.

A compensação financeira já constava do texto original do projeto PLS 138/10, de Pedro Simon (PMDB-RS), mas recebeu ajustes na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A sugestão de atualizar as despesas irregulares levando em conta a aeronave e o trajeto partiu do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

A aprovação do PLS 138/10 foi recomendada pelo relator na CRE, Anibal Diniz (PT-AC), que encampou essa e outra emenda de Taques aprovada pela CMA. A segunda mudança exige que o órgão interessado em usar a aeronave informe a finalidade da viagem, a lista

de passageiros, a carga transportada e o percurso.

Como a utilização de aeronaves oficiais deverá se restringir a missões oficiais e atividades do serviço público, qualquer suspeita de irregularidade motivará a abertura de sindicância. A instauração do processo disciplinar ocorrerá caso a denúncia seja comprovada.

O governo federal terá de prestar contas dessa movimentação a cada trimestre, disponibilizando na internet o relatório dos voos oficiais realizados. A documentação deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

Flexibilização

O PLS 138/10 define o rol de autoridades admitidas nas missões oficiais em aeronaves da União. Além do presidente e do vice-presidente da República, poderão utilizá-las apenas os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, os ministros de Estado (e

os agentes públicos com prerrogativas de ministro) e os comandantes das Forças Armadas.

Entretanto, a regra poderá ser flexibilizada pelo ministro da Defesa, autorizado a liberar

o transporte de outras autoridades nacionais e estrangeiras. Um regulamento específico estabelecerá critérios para estender a autorização a acompanhante da autoridade, desde que seja seu cônjuge,

dependente ou pessoa por ela indicada em viagem a serviço e atividades públicas.

Depois da CRE, a proposta será votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



O avião Bartolomeu de Gusmão, da Presidência da República: uso fica restrito a missões oficiais e atividades de serviço público



José Virgílio Vita Neto (Febraban), juíza Clarissa Costa de Lima, senadores Ricardo Ferraço e Paulo Bauer, defensora pública Alessandra Bentes e jurista Cláudia Lima Marques participam do debate

Defensora alerta para “agiotagem legalizada”

Em debate sobre o superendividamento, Alessandra Bentes criticou propagandas de crédito fácil que seduzem as pessoas e não exigem comprovação de capacidade econômica

O SUPERENDIVIDAMENTO NÃO escolhe idade, cor ou classe social. Não é um fenômeno apenas jurídico, mas afeta aspectos sociais e psicológicos das pessoas. O alerta é de Alessandra Bentes, coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

A defensora participou ontem de audiência pública no Senado sobre o projeto (PLS 283/12) que trata da prevenção do problema.

Segundo ela, o superendividamento pode acontecer com quem recebe um salário mínimo ou mesmo com aqueles que ganham R\$ 20 mil mensais, os quais, ainda

assim, ficam com a renda totalmente comprometida.

Alessandra citou a oferta “banalizada” de crédito como uma das principais causas e classificou as propagandas de crédito fácil, sem a necessidade de comprovação da capacidade econômica, como “agiotagem legalizada”.

— A realidade do país não é de pessoas esclarecidas. Existe grande número de analfabetos funcionais, que leem e não entendem o conteúdo de um contrato. Não têm a menor noção do que estão assinando. E os consumidores são abordados na rua com propostas aparentemente sedutoras — disse.

Propostas podem ser votadas ainda neste semestre

Os projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor devem ser votados pelo Plenário do Senado até o fim do primeiro semestre. A previsão foi feita, durante a audiência pública de ontem, por Rodrigo Rollemberg e Ricardo Ferraço, presidente e relator da comissão temporária que está avaliando essas propostas.

Após a audiência, Rollemberg assinalou que a questão do superendividamento “é a mais angustiante para o cidadão comum, porque atualmente cerca de 60% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, sendo que uma parte delas convive com dívidas muito altas, que comprometem a felicidade e a tranquilidade dessas famílias”.

O senador ressaltou, no entanto, que temas como o comércio eletrônico também são fundamentais e precisam ser discutidos e regulamentados.

Caberá ao relator, Ricardo Ferraço, decidir quais sugestões serão incorporadas ao relatório final.

Para juíza, crédito responsável ajuda a evitar endividamento

A juíza Clarissa Costa de Lima, presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), destacou a importância da prevenção prevista pelo PLS 283/12, que traz medidas de educação financeira e de crédito responsável.

— O consumidor não é responsável sozinho pelo endividamento excessivo. O princípio do crédito responsável é necessário e evitará mais casos de superendividamento — afirmou.

Para o diretor jurídico da Serasa Experian, Silvano Covas, a avaliação do risco de crédito é essencial para que ele seja consciente e seguro. Para Covas, a inadimplência não é um fenômeno novo, nem exclusivo dos brasileiros.

— O Brasil tem que aprender a lidar com o crédito, pois, segundo o Banco Central, a proporção entre o volume de crédito e o produto interno bruto (PIB) é de 51%, índice que tende a aumentar daqui para frente. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma relação crédito/PIB de 193%; o Canadá, 120%; e o Japão, 172% — informou.

Projeto limita a 30% parcela da renda a ser comprometida

A elaboração de uma tabela que trate do limite máximo do comprometimento de renda é um dos pontos do projeto a serem aperfeiçoados. O PLS 283/12 estabelece a preservação de, no mínimo, 70% da renda do consumidor. Ou seja, no máximo 30% poderiam ser comprometidos por dívidas, número que foi questionado por Juan Ferres, consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

— O limite de comprometimento de renda é subjetivo. Pesquisa do Serasa mostrou que pode ser que uma pessoa comprometa mais de 30% da renda sem necessariamente se tornar inadimplente — opinou.

A maioria dos convidados concordou com o fato de que quanto mais alto o salário, maior a parte que pode ser comprometida com uma dívida sem o comprometimento da subsistência.

Ferres alertou também para o risco de a legislação ser desvirtuada, beneficiando comportamentos pontuais oportunistas em prejuízo de todos os tomadores de crédito.

Comissão atualiza Código de Defesa do Consumidor

A audiência pública de ontem foi promovida pela comissão temporária que avalia propostas para modernizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC), presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destacou que o CDC é referência internacional na garantia do direito do consumidor, mas que é preciso adequá-lo à nova conjuntura socioeconômica, depois de pouco mais de 22 anos de vigência.

As sugestões apresentadas pelos convidados serão analisadas e poderão ou não ser incorporadas ao final dos trabalhos da comissão.

A intenção de Ferraço é concluir o trabalho da comissão o mais rápido possível, sem comprometer a qualidade do texto. O parlamentar cogita a realização de uma audiência pública por semana a fim de debater questões que podem contribuir para a atualização do CDC.

Paim defende projeto sobre comerciários

Um projeto de lei que regulamenta a profissão de comerciante está pronto para ser votado pelo Plenário do Senado. O autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), pediu ao presidente da Casa, Renan Calheiros, em pronunciamento na tribuna, que o texto seja votado assim

que a pauta estiver liberada.

Paim ressaltou que a proposta é fruto de um amplo acordo entre empregados e empregadores e precisa ser votado o quanto antes.

— Não existe nenhuma polêmica — disse o senador.

O PLS 115/07, que já havia sido aprovado no Senado,

voltou por ter recebido emendas na Câmara.

O projeto aprovado no Senado determina que a atividade desempenhada pelos empregados do comércio venha especificada na carteira de trabalho. A jornada normal de trabalho é fixada em 8 horas diárias e 44 semanais, sendo

admitida a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento.

Na Câmara, foram feitas emendas. Uma delas deixa claro que as normas já aplicáveis à categoria não podem ser prejudicadas, inclusive em relação ao trabalho aos domingos e feriados.

Romero Jucá propõe levantamento para reduzir total de vetos



Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou preocupação com o impasse da votação dos vetos presidenciais e pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um levantamento dos 3.060 vetos que deverão ser analisados pelo Congresso.

Para Jucá, é possível retirar as matérias que perderam a finalidade, o que resolveria “metade do problema” e facilitaria a montagem de uma programação de votações.

— São vetos referentes a leis de diretrizes orçamentárias anteriores, a orçamentos anteriores, a aumentos de salário mínimo de anos anteriores — afirmou.

No pronunciamento, Jucá também cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pela ampliação dos programas Brasil Carinhoso, Bolsa Família e Brasil sem Miséria. Na opinião dele, Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mereceriam concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento à drástica redução da miséria no país.

Renan e Alves debatem com Luiz Fux impasse sobre votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, reuniram-se ontem com o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux para tratar da análise dos vetos presidenciais pelo Congresso.

Em dezembro, decisão de Fux impediu a votação fora da ordem cronológica dos mais de 3 mil vetos que aguardam análise do Congresso. De acordo com Fux, o Congresso não poderia colocar imediatamente em votação o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties, que vincula a distribuição dos royalties do petróleo aos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O assunto contrapõe representantes de estados não produtores de petróleo, que buscam a derrubada do veto parcial, e parlamentares de estados produtores. Dilma decidiu manter os critérios anteriores para os contratos em vigor, preservando as receitas dos estados que produzem. Por conta da indefinição, o Orçamento da União para 2013 ainda não foi votado.

Líder do PT e Eduardo Braga destacam lançamento pelo governo federal do Plano Brasil sem Miséria, que será implantado a partir de março e objetiva eliminar a extrema pobreza em todo o país

Wellington Dias comemora iniciativa contra a miséria

O LÍDER DO PT, Wellington Dias (PI), comemorou o lançamento, pela presidente Dilma Rousseff, da complementação do Programa Bolsa Família, com o objetivo de erradicar a miséria absoluta no país.

A iniciativa busca retirar dessa condição 2,5 milhões de brasileiros que, mesmo com outras atividades de transferência de renda, não ganham o equivalente a R\$ 70 por família.

O senador disse que, em 2003, o Brasil era o país recorde em desigualdade social, com 40 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, sem ter o que comer. De acordo com os dados do governo, as medidas de transferência de renda já retiraram 19,5 milhões de



Wellington ressalta que programa usou busca ativa como estratégia

pessoas da miséria absoluta nos últimos dois anos. O líder do PT explicou que, para encontrar o restante, milhares de assistentes sociais saíram em busca dessas pessoas.

— O Brasil está virando a página da exclusão — afirmou. Segundo o senador, serão

gastos mais R\$ 900 milhões ao ano, somando R\$ 4 bilhões anuais para erradicar a miséria. Wellington informou que, nos últimos dez anos, a renda dos 20% dos brasileiros mais ricos cresceu 0,7% ao ano; já a dos 20% mais pobres cresceu 5,1% a cada ano.

— Parabéns a presidente Dilma e os 18 ministérios que trabalham de forma coordenada em torno do Plano Brasil sem Miséria — disse.

O líder do PT citou diversas ações do plano, entre elas a matrícula de 267 mil pessoas em cursos técnicos, mais de 22 milhões de atendimentos em programa de produção, inclusive no campo, e a implantação de 240 mil cisternas no semiárido nordestino.

“O PT não inventou o combate à pobreza”, diz Aloysio Nunes

A retirada de pessoas das condições de pobreza e miséria vem sendo promovida por diversos governos e pela sociedade civil há décadas, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Não foi o PT que inventou o combate à pobreza e à miséria no Brasil. É muita presunção imaginar que a luta contra a pobreza começou com a chegada do ex-presidente Lula ao governo. A Constituição de 1988, por exemplo, foi um marco fundamental na luta contra a pobreza em nosso país.

O senador disse que a situação de extrema pobreza “não

se mede apenas pelo nível da renda monetária”.

— Essa situação é medida também pelo acesso à escola, ao saneamento básico, à água potável, à segurança pública, a uma saúde decente. Cada uma dessas facetas constitui uma situação de extrema pobreza. Eu me pergunto o que está fazendo o governo do PT para enfrentar todas essas questões — cobrou.

Aloysio lançou dúvidas sobre a viabilidade de a presidente Dilma Rousseff cumprir a promessa de acabar com a miséria extrema no país ainda em 2013. Para ele, os



Aloysio: baixa renda não é o único indicador da situação de miséria

partidários da presidente demonstram “profundo desconhecimento da história recente do Brasil”.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) associou-se ao pronunciamento, ressaltando que as pessoas assistidas também devem ter acesso a educação e profissionalização para obter uma “alforria da pobreza em termos definitivos”.

Programa abre oportunidade para jovens, afirma Braga



Lio de Paula/Agência Senado

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que ontem foi um dia memorável de enfrentamento da miséria e pobreza extrema no Brasil. No Plenário, o senador destacou a ampliação do Plano Brasil sem Miséria, do governo federal, a partir de março.

— Esse programa traz novas oportunidades para que brasileiros, principalmente jovens, tenham novas condições de ingresso na educação e no ensino profissionalizante e de construção de um futuro melhor — disse.

Braga também registrou seu pesar pelo falecimento, ontem, do jornalista Orlando Farias, de Manaus, que foi repórter e editor do jornal *A Crítica*, e era responsável pelo *Blog da Floresta*, de grande repercussão em todo o estado, segundo o senador. Braga prestou condolências à família e disse que o jornalista foi um grande ser humano que precocemente sofreu um infarto fulminante.

Inácio sugere discussão sobre rumos da política econômica

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem um amplo debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social, responsabilidade que ele atribuiu ao Congresso, junto com o Poder Executivo. A discussão, segundo o senador, visa descobrir como manter os programas sociais, garantindo elevados índices de crescimento.

— Nós somos parte da construção do projeto nacional, não existe Executivo sem nós. Inácio classificou como “trinca nociva” a combinação do superávit primário, o câmbio que deprecia a moeda e os juros altos. Segundo ele, “funciona contra o país e contra a ampliação da atenção aos problemas sociais”. Ao elogiar o projeto de erradicação da miséria e sugerir a associação com a erradicação do analfabetismo, disse que é preciso olhar “mais estrategicamente”, para garantir o fim da dependência aos programas sociais.



Lio de Paula/Agência Senado

Capiberibe quer mais fiscalização das contas públicas

Citando reportagem da revista *Carta Capital*, João Capiberibe (PSB-AP) fez ontem um



Pedro França/Agência Senado

apelo para que a imprensa colabore com a divulgação da Lei da Transparência e incentive os cidadãos a acompanhar e fiscalizar os gastos públicos. O senador lembrou que dia 26 de maio encerra-se o prazo para que mais de 4 mil municípios com 50 mil habitantes ou menos divulguem em tempo real, na internet, suas despesas e receitas. A partir dessa data, todos os entes públicos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo serão obrigados a expor contas, despesas e receitas de forma detalhada.

— Há algum tempo, os orçamentos públicos eram verdadeiras caixas-pretas. Hoje todos esses gastos estão na internet — disse.

Apesar do avanço, ressaltou Capiberibe, falta o controle social dos orçamentos. Para ele, a divulgação dos orçamentos das prefeituras dos pequenos municípios pode estimular a prática.

Condições especiais para obras de mobilidade urbana

Romero Jucá (PMDB-RR) pretende manter a excepcionalidade nos limites de endividamento para obras de mobilidade urbana que forem retiradas da lista de prioridades para a Copa de 2014. A proposta (PRS 3/13) que ele apresentou abrange projetos de acesso aos estádios, linhas e estações de metrô e viadutos.

Na justificativa, Jucá informa que alguns projetos não poderão mais ser contratados a tempo. “A perda da excepcionalidade deverá resultar em atrasos provavelmente muito maiores do que aqueles ocorridos até o momento”, alerta o senador.

Operações de crédito interno e externo para estados e municípios dependem de aprovação do Senado. Dispositivo recente flexibilizou limites para financiamentos a obras de infraestrutura para a Copa e as Olimpíadas de 2016 autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. Jucá quer abrir caminho para aprovação das operações de crédito também no Senado. A proposta está em análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois segue ao Plenário.

Comissão aprova MP de pacto pela alfabetização

Gov. deve liberar mais de R\$ 2,5 bilhões até 2020 para formar professores e alfabetizar crianças até os 8 anos de idade nas escolas públicas



Amorim acolheu 6 das 60 emendas apresentadas por deputados e senadores

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa aprovou ontem o relatório de Eduardo Amorim (PSC-SE), favorável à MP. O relator acolheu 6 das 60 emendas apresentadas.

De acordo com a MP 586/12, a União dará apoio financeiro a estados, municípios e ao Distrito Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para investir na formação continuada de professores alfabetizadores.

O objetivo é promover a alfabetização, aferida por avaliações periódicas, de estudantes até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública. O fundo também deve apoiar

a premiação por resultados alcançados no âmbito do pacto. O governo deve liberar mais de R\$ 2,5 bilhões para erradicar o analfabetismo nessa faixa etária até 2020, sendo R\$ 1,1 bilhão liberado já em 2013.

Entre as emendas acolhidas, estão duas do deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ) sobre a educação especial. Outra emenda, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apoia a formação continuada em cursos de pós-graduação para professores. Amorim sugeriu que os cursos apoiados sejam relacionados à

alfabetização e oferecidos por instituições públicas participantes do pacto.

A emenda da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) que determina a inclusão de disciplinas específicas sobre alfabetização no currículo dos cursos de formação de professores foi acolhida após discussão da comissão mista. O relator acrescentou alínea permitindo que o FNDE preste assistência estudantil no ensino superior, por meio de bolsas de estudo e permanência e ressarcimento de despesas dos estudantes.

Flexa Ribeiro pede voto de pesar pela morte de Almir Gabriel

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que o Senado encaminhe voto de pesar ao Pará e aos familiares do ex-governador Almir Gabriel, que mor-



Lia de Paula/Agência Senado

do PSDB, partido pelo qual disputou a vice-presidência na chapa comandada por Mário Covas, em 1989.

Flexa citou várias obras realizadas por Gabriel como governador.

Entre elas, a linha de transmissão de energia elétrica para o oeste do Pará, a reforma do estádio Mangueirão, a macrodrenagem da Bacia do Una, em Belém, a alça viária, interligando diversas regiões do estado, e as reformas de vários pontos turísticos.

O senador informou que iria a Belém participar do enterro, mas estaria de volta hoje, pois considera que a melhor maneira de homenagear o amigo é continuar trabalhando pelo estado.

Gabriel governou o Pará por dois mandatos, entre 1994 e 2002. Médico formado pela Universidade Federal do Pará, foi também prefeito de Belém, secretário de Saúde do estado e senador constituinte, quando foi relator do capítulo que trata da Ordem Social na Carta de 1988.

Ele também foi fundador



Almir Gabriel foi governador do Pará por dois mandatos

Ex-governador mudou a história do Pará, avalia Mário Couto

Um dos maiores nomes da história do Pará. Assim o senador Mário Couto (PSDB-PA) definiu o ex-governador e ex-senador Almir Gabriel. Couto afirmou que aprendeu as mais importantes lições políticas militando ao lado de Gabriel, que o "guiou no início" de sua carreira.



Pedro Franco/Agência Senado

— Orientou-me a fazer uma política séria, decente, cheia de moralidade. Almir foi um dos mais honestos homens públicos que conheci na minha vida. Quando o conheci, era pobre, e

agora nos deixa, pobre — afirmou.

Ainda segundo Couto, Almir Gabriel foi um dos maiores empreendedores do Pará.

— Deixou os paraenses orgulhosos de serem paraenses. Recebeu um estado deprimido e falido e deixou um estado rico, ordeiro, organizado e cheio de empreendimentos. Almir mudou a história do Pará. Deixa uma saudade profunda. Fica o registro de minha gratidão e gratidão do povo paraense a um homem que amava sua terra.



Pedro Franco/Agência Senado

Simon destaca trajetória de Fernando Lyra

Pedro Simon (PMDB-RS) rendeu homenagem ontem ao ex-ministro e ex-deputado Fernando Lyra, morto no último dia 14. Ao relembrar a trajetória do MDB, como partido de oposição à ditadura, Simon enfatizou a atuação de Lyra como o principal articulador da candidatura de Tancredo Neves a presidente, via Colégio Eleitoral. O senador lembrou também o papel de Lyra à frente do Ministério da Justiça, no governo Sarney.



Pedro Franco/Agência Senado

Jarbas lembra coragem contra a ditadura

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o ex-ministro Fernando Lyra foi um democrata que contribuiu para modernizar as instituições nas duas últimas décadas. O senador lembrou a participação de Lyra na luta contra a ditadura "de forma ousada e corajosa".

— Fernando era alegre, bonachão, com fina verve irônica. Mas também tinha uma contundência e uma firmeza para expor suas opiniões como poucos que conheci.



Pedro Franco/Agência Senado

"Era um gênio da política", afirma Humberto Costa

A morte de Fernando Lyra, segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), foi uma "perda irreparável para todos os brasileiros, especialmente para os que defendem como princípios a liberdade, a democracia e os direitos humanos". Humberto destacou que Lyra teve uma vida marcada pela firmeza de princípios, respeito à ética e gigantesca capacidade de articulação.

— Era um gênio da política.



Moreira Matiz/Agência Senado

Lídice ressalta trabalho pela democracia

A capacidade de articulação e a luta contra a ditadura foram características de Fernando Lyra destacadas por Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora também lembrou que, como ministro da Justiça, Lyra consolidou o processo democrático com uma "equipe intelectualmente preparada" para superar a legislação autoritária herdada dos militares.

— Fernando enfrentou esse debate, buscou um caminho para a conciliação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Dos 11 convidados, apenas 5 comparecem ao Senado para debater atraso nas obras no Rio São Francisco; para Cássio Cunha Lima, “economia de explicações” das empresas “faz acender uma luz amarela”

Empreiteiras esvaziam audiência sobre transposição

OS SENADORES QUE ouviram representantes de construtoras responsáveis pelas obras de transposição do Rio São Francisco não esconderam a frustração com a audiência pública realizada ontem. Eles se disseram decepcionados com a falta de explicações sobre os atrasos das obras e os reajustes de preços. Também se queixaram da ausência de 6 dos 11 convidados.

Como resposta, a comissão especial externa do Senado que acompanha as obras aprovou um requerimento em que

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pede cópias de todos os contratos e aditivos, para serem analisados pelos parlamentares. O senador quer a renovação do convite aos convidados que não compareceram.

Cássio disse que, embora a comissão externa não tenha por objetivo a investigação, não deve aceitar passivamente a recusa de explicações por parte das empreiteiras:

— Não quero imaginar que, diante dessa recusa das empresas em vir prestar esclarecimentos, teremos de usar os

instrumentos regimentais para obrigá-las. O instrumento próprio para isso é uma comissão parlamentar de inquérito [CPI].

O senador classificou a ausência de seis convidados de “descortesia ao Parlamento” e afirmou que a postura defensiva das empresas de não comparecer ou de economizar explicações “só faz acender uma luz amarela”:

— Vocês estão jogando na retaguarda. Essa escolha por silenciar é frustrante. Nós não estamos aqui para perder tempo, nem os senhores.



Adriano Fernandez, representante de um dos consórcios, ao lado dos senadores Vital do Rêgo (C) e Humberto Costa (E)

Empresas apontam falhas no projeto federal

O representante do consórcio que administra os dois primeiros lotes da obra no eixo norte, Adriano Fernandez, enumerou fatores que atrasaram as obras — o prazo de entrega passou de 2012 para 2015. Ele citou pendências fundiárias e ambientais, atraso na entrega do projeto executivo, projeto básico inconsistente e discrepante do projeto executivo e ausência de preços na planilha.

Segundo Fernandez, que deu informações sobre o trecho construído pela Carioca Engenharia, pela Grupo Serveng e pela S.A. Paulista, o lote 1 ficará pronto em maio de 2014 e o lote 2, em novembro do mesmo ano.

A incoerência entre o projeto básico e o executivo, que é mais detalhado, foi o pior entrave apontado pelo representante da construtora Coesa e do Grupo OAS, Elmar Varjão. Ele defendeu o governo dizendo que os órgãos públicos têm trabalhado com urgência na liberação das licenças necessárias. Ele acrescentou que, no lote de que participa a construtora Coesa, a obra está na última fase, de correção das falhas pontuais.

Segundo ele, os aditivos não ultrapassaram 13,58% da obra, abaixo do previsto em lei.

Nos dois primeiros lotes da obra no eixo norte, informou Adriano Fernandez, o reajuste médio foi de 21% em relação ao primeiro orçamento. De acordo com ele, há problemas pontuais a serem resolvidos em cada lote, mas nada que fuja à normalidade numa obra de tamanha magnitude.

Cícero vê risco de uso eleitoral das obras

Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena (PSDB-PB) criticaram o argumento de que discrepâncias entre o projeto básico e o projeto executivo (mais detalhado) atrasaram as obras no Rio São Francisco.

— A nossa legislação permite licitações com projetos básicos, mas pressupõe-se que eles não sejam tão distantes dos projetos executivos — reclamou Cássio.

Cícero acrescentou:

— O governo reconheceu e os senhores todos confirmam a necessidade de aditivos para dilatação de prazos. Parte disso se deve à inoperância do governo.

Ele reclamou do novo prazo de entrega das obras — 2015, após as eleições de 2014.

— O governo vai outra vez usar a transposição para enganar o povo pobre na eleição.

Benedito de Lira (PP-AL) lamentou a demora na entrega das obras de transposição dando como exemplo o Canal do Sertão, de 250 quilômetros. Ele disse que, em 17 anos, apenas 65 quilômetros foram concluídos.

— Estamos vivendo um dos momentos mais difíceis, de oito meses sem cair uma gota de água em lugar nenhum no semiárido, com milhares de animais morrendo de fome e sede. No século 21, milhares e milhares de brasileiros não têm um copo de água potável para beber — afirmou.

A comissão externa já tem data para visitar as obras. Em 8 de março, os senadores estarão no eixo norte. Em 21 e 22, no eixo leste.

Ana Amélia: agronegócio pede investimentos em infraestrutura

Ana Amélia (PP-RS) pediu que o governo federal melhore a infraestrutura do país para valorizar o setor agrícola.

— O campo é que vem conseguindo assegurar superávit na balança comercial. Não fosse o campo, a situação da economia brasileira em matéria de produção estaria extremamente mais vulnerável e fragilizada.

A senadora apresentou dados publicados pelo jornal *Valor Econômico* segundo os quais os alimentos e as bebidas ficaram 11,07% mais caros nos últimos 12 meses:

— Isso é também preocupante. É um aumento bem acima da média nacional.

Para Ana Amélia, o governo precisa olhar os problemas do país com visão estratégica, melhorando portos, rodovias, ferrovias, aeroportos e hidrovias.

— Da porteira para dentro, eles são muito produtivos. Mas quando precisam vender grãos para outros países, transportar ou fazer o escoamento da produção, mesmo no território nacional, os problemas aumentam e são infinitos — afirmou.

O pacote do governo federal em favor da melhoria da infraestrutura nacional lançado no início deste mês, de R\$ 370 bilhões, foi considerado oportuno por Ana Amélia.

Setor ainda tem “vulnerabilidades consideráveis”, afirma Casildo

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu melhoria da infraestrutura que atende o setor agropecuário brasileiro. Citando artigos da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Casildo ressaltou que o setor é fundamental para a economia do país.

Casildo afirmou que o agronegócio é responsável pelos sucessivos superávits registrados na balança comercial e responde por 30% dos empregos formais do país. Também disse que

o superávit anual nas exportações do agronegócio é de US\$ 79,4 bilhões, enquanto o superávit final do país é de US\$ 19,4 bilhões, “o que significa que o setor financia os US\$ 60 bilhões de déficit dos outros setores”.

— Contudo, apesar de todo esse vigor, o agronegócio brasileiro ainda tem vulnerabilidades consideráveis — afirmou.

O senador frisou que “não há como alcançar competitividade global sem uma estrutura decente que inclua ferrovias, portos, rodovias e aeroportos”.



Casildo: infraestrutura deficiente compromete desempenho do setor agrícola

Centro de terapia celular deve ser instalado no Nordeste, diz Vital

Vital do Rêgo (PMDB-PB) alertou o governo sobre a necessidade de instalação no Nordeste de um centro de terapia celular. Ano passado, o Ministério da Saúde anunciou investimentos de R\$ 8 milhões para conclusão de oito desses centros. O único no Nordeste fica em Salvador. Para a instalação dos demais, foram escolhidos os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Os centros começaram a ser criados em 2008, quando o ministério instituiu a Rede Nacional de Terapia Celular,

constituída por grupos de pesquisas de tratamento de doenças autoimunes, como diabetes, esclerose múltipla e traumatismo de medula. Segundo Vital, a construção dos centros é um avanço extraordinário, mas a iniciativa precisa ser expandida.

O senador também manifestou preocupação com o crescimento da violência na Paraíba, citando o desaparecimento, dia 7 de janeiro, da estudante Fernanda Helen, 11 anos. Até agora, segundo o senador, a polícia não tem pistas do paradeiro da menina.

Em vez de provocar hostilidade de determinados grupos, visita ao Brasil da dissidente do regime de Fidel Castro deveria ser celebrada como um sinal para o fim do embargo dos Estados Unidos, diz senador, que lamentou ter sido acusado de traição por militantes

Suplicy defende blogueira cubana em nome da liberdade de expressão

EDUARDO SUPLICY (PT-SP) defendeu ontem a liberdade de expressão e a blogueira Yoani Sánchez, dissidente do regime de Cuba que está em visita ao Brasil. O senador disse que pessoas que têm protestado agressivamente contra Yoani não compreenderam que a vinda dela, com a nova lei de imigração cubana, pode ser “um sinal fantástico” para o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, acabar com o bloqueio econômico imposto a Cuba há mais de 50 anos.

A dissidente que descreve o cotidiano de Cuba em textos na internet, disse Suplicy, jamais usa palavras ofensivas. Ele informou que depois de ser recebida com hostilidade por alguns grupos, a jornalista quase foi impedida de falar.

O senador citou a filósofa polonesa Rosa Luxemburgo (1871-1919) ao lembrar que “liberdade só é liberdade [quando é válida também] para quem pensa diferente”. Ele apoiou o direito de Yoani criticar a Revolução Cubana, movimento armado que

levou Fidel Castro ao poder em 1959. Ressaltou que a blogueira luta contra o embargo norte-americano e afirmou que foi acusado de traição por alguns militantes ao sugerir diálogo com Yoani.

— Jamais sou um traidor com respeito às ideias que defendo desde que ingressei na vida pública — rebateu.

Suplicy lembrou que sempre defendeu os ideais do socialismo, que diz encontrar tanto na obra de Karl Marx como na Bíblia, que prega a igualdade e a justiça.

— Eu defendo a Revolução Cubana, mas quero que ela se mova na direção de prover efetiva liberdade de ir e vir, liberdade de opinião, de imprensa, de formação de partidos políticos. Aí sim, eu creio que Cuba estará caminhando na direção melhor — disse.



Pedro França/Agência Senado



Silvio Tity/Prefeitura de Feira de Santana

Yoani Sánchez participa de debate na Bahia durante o primeiro dia de visita ao Brasil, quando sofreu hostilidade de alguns grupos e quase foi impedida de falar

Alvaro quer explicações sobre embaixador cubano

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem que seja votado requerimento de autoria dele pedindo que os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e da Secretaria-Geral



Mônica Maniz/Agência Senado

de encontro do PT em solidariedade aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal no mensalão, em outro caso que seria ingerência em assuntos nacionais.

Alvaro criticou o silêncio do governo sobre o assunto e enfatizou que a blogueira tem sido alvo de manifestações de protestos que, segundo ele, “seguem à risca a estratégia urdida em Brasília, sob o comando do embaixador de Cuba”. Para o senador, isso exige um pronunciamento do ministro das Relações Exteriores e do secretário-geral da Presidência, que teve um assessor presente ao encontro com o embaixador cubano.

— Manifestações podem ocorrer. Se elas ocorressem espontaneamente, não haveríamos de contestar. Estamos contestando e repudiando o modelo, o sistema, a estratégia adotada de afronta à soberania do nosso país — disse Alvaro.

Vanessa defende diplomata e nega complô contra Yoani

O requerimento de Alvaro Dias para o Senado convocar o ministro das Relações Exteriores e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência foi criticado por Vanessa



Pedro França/Agência Senado

Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora negou a existência de complô dos militantes do seu partido, o PCdoB, com representantes do governo brasileiro, na embaixada de Cuba, em mobilização contra a blogueira.

Ela disse que conversas entre membros do corpo diplomático não configuram “intromissão em assuntos de política interna”. Segundo a parlamentar, os protestos enfrentados por Yoani Sánchez na recepção em aeroportos brasileiros fazem parte do “processo democrático” e se trata do “direito de expressão dos jovens”.

Vanessa disse que a dissidente cubana viajou com autorização do governo daquele

país. A senadora acrescentou que a blogueira já foi contratada como correspondente de vários órgãos de imprensa internacional e, para isso, recebe salário regular sem que os recursos dela sejam confiscados.

— Primeiro, acho que vale a pena lembrar o seguinte: essa cidadã cubana chega ao Brasil com visto concedido pelo governo cubano, livremente. Essa cidadã cubana, de nossa parte, merece total respeito — declarou a senadora, que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba.

Vanessa concluiu o discurso prestando solidariedade ao embaixador de Cuba e reiterando que “não faz sentido” a convocação de ministros brasileiros para tratar desse assunto no Senado porque, segundo ela, é preciso discutir temas mais importantes e urgentes como a votação do Orçamento de 2013.

Bauer lembra 90 anos de jornal catarinense

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou os 90 anos do jornal *A Notícia*, com sede em Joinville (SC).



Lia de Paula/Agência Senado

O senador lembrou que o jornal, fundado em 1923, colaborou com a implantação da língua portuguesa numa comunidade de colonização alemã e suíça.

— O jornal começou como um semanário. Circulava aos sábados e era publicado em português em uma comunidade que tinha 70% da população falando predominantemente a língua alemã — recordou.

Bauer disse que *A Notícia* hoje é um dos principais jornais do Sul do país.

— O jornal chegava à capital do estado, em Florianópolis, antes mesmo do jornal editado e impresso na capital do estado. Portanto, havia um trabalho muito competente e intenso de toda a equipe.

Segundo ele, os funcionários do jornal catarinense conseguem transmitir as notícias com competência e clareza.

Bauer afirmou que a imprensa é fundamental para a democracia, a transparência no poder público e a integração da sociedade.

Davim sugere carreira para médicos

Paulo Davim (PV-RN) defendeu a criação de uma carreira de Estado para os médicos da rede pública, como forma de assegurar-lhes progressão



Pedro França/Agência Senado

profissional à medida que atuem no interior do país. O senador disse que o problema de falta de atendimento no país não está no número de profissionais, mas na distribuição geográfica deles.

Outra medida defendida por Davim é a oferta de vagas de residências médicas proporcional às necessidades de cada região. O senador citou pesquisa do Conselho Federal de Medicina (CFM) mostrando que, no Brasil, existem 400 mil médicos, em uma média de dois para cada mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece como ideal ao menos um médico para cada grupo de mil habitantes.

Davim acrescentou que, todos os anos, ingressam no mercado de trabalho entre 6 mil e 8 mil novos médicos. No entanto, a maior parte desses profissionais se concentra no centro-sul do país. O Distrito Federal, por exemplo, tem quatro médicos por grupo de mil habitantes. Já no Norte, essa média cai para apenas um a cada mil.